SUMÁRIO

PREFÁCIO 7
INTRODUÇÃO 9
1 DAS RELAÇÕES DE CONSUMO 11
1.1 Noções Gerais 11
1.2 Gênese das Relações de Consumo 18
1.2.1 Evolução da Proteção ao Consumidor no Direito Comparado 21
1.2.1.1 Na Itália 21
1.2.1.2 Na França 23
1.2.1.3 Nos Estados Unidos da América 24
1.2.1.4 Na Organização das Nações Unidas 25
1.2.1.5 Na Comunidade Econômica Européia 26
1.2.1.6 No Mercado Comum do Cone Sul 27
1.2.1.7 Outros Países 28
1.2.1.8 No Brasil 33
2 Dos princípios 37
2.1 Princípios Fundamentais da Legislação Processual Civil 47
2.1.1 Princípio do Devido Processo Legal 48
2.1.2 Princípio do Juiz Natural 49
2.1.3 Princípio do Acesso à Justiça 53
2.1.4 Princípio do Contraditório 56
2.1.5 Princípio da Recorribilidade e do Duplo Grau de Jurisdição 58
2.1.6 Princípio da Boa-Fé e Lealdade Processual 59
2.1.7 Princípio da Verdade Real 62
2.1.8 Princípio da Oralidade 62
2.1.9 Princípio da Publicidade 64
2.1.10 Princípio da Economia Processual 65
2.1.11 Princípio da Eventualidade ou da Preclusão 65
2.1.12 Princípio Inquisitivo e Princípio Dispositivo 66
3 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 69
3.1 Princípios Constitucionais Gerais da Ordem Econômica: Defesa do Consumidor e Livre Iniciativa 70
3.2 Princípio Protecionista ou da Vulnerabilidade 70
3.3 Princípio da Presença do Estado nas Relações de Consumo ou Princípio do Dever Governamental 76
3.4 Princípio da Harmonização dos Interesses e da Garantia de Adequação 77
3.5 Princípio da Coibição e Repressão de Abusos Praticados no Mercado 78
3.6 Princípio do Incentivo ao Autocontrole 79
3.7 Princípio da Conscientização do Consumidor e Fornecedor e Princípio Informativo 79
3.8 Princípio da Racionalização e Melhoria dos Serviços Públicos 80

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.9 Princípio das Modificações do Mercado 81
3.10 Princípio da Boa-Fé 81
3.11 Princípio do Acesso à Justiça no Código de Defesa do Consumidor 83
4 DAS PARTES E TERCEIROS 85
4.1 Partes no Código Processual Civil 86
4.2 Conceito de Terceiro no Código de Processo Civil 90
4.3 Partes no Código de Defesa do Consumidor 91
4.4 Terceiros no Código de Defesa do Consumidor 92
5 DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 93
5.1 Das Espécies de Intervenção de Terceiros 99
5.1.1 Da Assistência no Código de Processo Civil 99
5.1.1.1 Da Assistência Adesiva Simples 101
5.1.1.2 Da Assistência Litisconsorcial 103
5.1.1.3 Legitimidade da Assistência Listisconsorcial 105
5.1.1.4 Posição do Interveniente 105
5.1.2 Da Assistência no Código de Defesa do Consumidor 107
5.1.3 Da Oposição no Código de Processo Civil 110
5.1.3.1 Do Procedimento da Oposição 115
5.1.4 Da Oposição no Código de Defesa do Consumidor 117
5.1.5 Da Nomeação à Autoria no Código de Processo Civil 118
5.1.6 Da Nomeação à Autoria no Código de Defesa do Consumidor 121
5.1.7 Da Denunciação à Lide no Código de Processo Civil 122
5.1.7.1 Esboço Histórico 122
5.1.7.2 Conceitos da Denunciação da Lide no Direito Pátrio e no Direito Comparado 123
5.1.7.3 Hipóteses de Admissibilidade e Descabimento na Denunciação da Lide 126
5.1.7.4 Obrigatoriedade e Extensão: Evicção 130
5.1.7.5 Legitimidade para Denunciar e ser Denunciado 133
5.1.7.6 Denunciação Sucessiva 134
5.1.7.7 Da Sentença na Denunciação da Lide 134
5.1.8 Da Denunciação da Lide no Código de Defesa do Consumidor 136
5.1.9 Do Chamamento ao Processo no Código de Processo Civil 138
5.1.9.1 Considerações Introdutórias 138
5.1.9.2 Finalidade 142
5.1.9.3 Hipóteses de Cabimento 143
5.1.9.4 Procedimentos 144
5.1.9.5 Efeitos da Sentença e da Coisa Julgada 145
5.1.10 Do Chamamento ao Processo no Código de Defesa do Consumidor . 147
CONCLUSÕES 151
BIBLIOGRAFIA 155

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br